

Requerimento de Sessão 165/2026

Protocolo 43510 Envio em 28/05/2026 16:27:11

Requer informações oficiais do Poder Executivo sobre o inventário de terrenos institucionais, ocorrências de ocupações ilegais para benefício próprio e medidas de reintegração de posse em áreas públicas municipais.

Excelentíssimo Senhor
FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações oficiais do Poder Executivo sobre o inventário de terrenos institucionais, ocorrências de ocupações ilegais para benefício próprio e medidas de reintegração de posse em áreas públicas municipais, descreva as respostas para as seguintes questões:

1. A Prefeitura possui um inventário ou mapeamento atualizado de todas as áreas verdes e terrenos institucionais de sua propriedade situados no perímetro urbano do município? Se sim, apresentar. Em caso negativo, justificar e informar se irá fazer.
2. O setor de fiscalização de posturas, a Procuradoria Jurídica ou outro departamento municipal do município têm conhecimento de ocupações, construções ou utilizações ilegais de terrenos públicos por particulares na cidade? Se sim, quais providências foram adotadas. Em caso negativo, justificar.
3. Quais medidas administrativas ou notificações foram aplicadas nos últimos 12 meses para conter as invasões e o uso privativo de espaços que deveriam servir ao interesse coletivo? E houve, relacionar. Em caso negativo, justificar e informar quais ações serão realizadas.
4. Existe algum cronograma ou força-tarefa planejada pelo Executivo para realizar a desocupação e a retomada de posse dessas áreas institucionais atualmente invadidas para transformar em espaço público de convivência comum? Sem sim, informar. Em caso negativo, justificar.
5. De que maneira o município realiza a vigilância preventiva de seus terrenos baldios para evitar que novas ocupações irregulares aconteçam antes da destinação final da área ou mesmo para que ações ilícitas não sejam realizadas? Explicar e descrever.

JUSTIFICATIVA



O presente requerimento fundamenta-se na necessidade urgente de zelar pelo patrimônio imobiliário de Paraguaçu Paulista e assegurar que as áreas institucionais cumpram sua função social.

Este parlamentar tem constatado com preocupação que diversos terrenos públicos, originalmente destinados à construção de praças, parques urbanos ou prédios de serviços essenciais, encontram-se em estado de total abandono. Essa falta de manutenção e de vigilância por parte da Prefeitura abre margem para um problema ainda mais grave: a ocupação ilegal desses espaços por particulares, que utilizam a terra pública para benefício próprio de forma totalmente irregular.

A omissão ou a demora na intervenção do poder público municipal consolida essas invasões, gerando um sentimento de impunidade e privando toda a comunidade do acesso a áreas de lazer e convivência.

É dever do Executivo fiscalizar rigorosamente suas propriedades e agir com firmeza administrativa e jurídica para coibir o cercamento e a exploração privada de locais que pertencem, por direito, a toda a população de Paraguaçu Paulista.

Palácio Legislativo Água Grande, 27 de maio de 2026.

AMAURI CARLOS CABOCLO
Vereador

